

CABOTAGEM – NOVA OPORTUNIDADE DE DEBATE – É HORA DE REFLETIR

Acertadamente, a ANTAQ , durante os próximos dias 12 e 13 de agosto, abrirá espaço para um Seminário sobre Cabotagem.

Eis uma excelente oportunidade para repensar algumas questões cruciais, entre elas o erro original cometido ainda na década de 60, na concepção do modelo marítimo brasileiro, que foi o de atrelar os destinos da navegação aos da construção naval. Ou seja, de tentar fazer da navegação de longo curso e da cabotagem os sustentáculos da sobrevivência e do crescimento da construção naval, como verdadeiros clientes cativos.

O esquema parecia inteligente: reservar carga às empresas de navegação, conceder-lhes facilidades e subsídios, abrir-lhes mecanismo de financiamento a juros subsidiados, mas obrigando-as a adquirir seus navios exclusivamente nos estaleiros nacionais. Ocorre que o modelo falhou, da mesma forma que não deu certo em nenhum país em que foi tentado.

A partir de 1961, até o fim dos anos 80, a economia marítima mundial viveu uma sucessão de crises em função dos efeitos combinados de excesso de capacidade instalada dos estaleiros, de excesso de oferta de crédito e de planos mirabolantes de facilitação de construção de navios.

Enquanto isso, aqui, vivíamos o sonho de um segmento econômico fechado em si próprio, capaz de sobreviver às custas da proteção e do subsídio, sem compromisso com a produtividade. Chegamos até a alimentar a quimera de estarmos entre os maiores parques de construção naval do mundo.

Ali mesmo, nos anos 70, o nosso sonho começou a ruir sem que percebêssemos. Na década de 1980 a agonia do modelo foi se agravando, transformando-se em processo de desindustrialização na década de 90. O fim da reserva de carga no longo curso foi apenas o tiro de misericórdia num modelo marítimo já moribundo.

O seminário da ANTAQ será uma oportunidade ímpar para revermos essa e muitas outras questões, com participação do usuário, como por exemplo o Registro Especial Brasileiro e um novo modelo que use a cabotagem como alavanca de retomada do longo curso, dando maior liberdade à empresa de navegação brasileira, para que ela se fortaleça e possa comprar muitos navios, inclusive em estaleiros nacionais.